

DA PRODUÇÃO DO NÃO-EXISTENTE AO RECONHECIMENTO PERVERSO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A PERSISTÊNCIA DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL (POLITICAMENTE CORRETA) E A UTOPIA DO RECONHECIMENTO PÓS-CONVENCIONAL

ALUÍSIO FERREIRA DE LIMA
Universidade Federal do Ceará (UFC) e
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)
aluisiolima@hotmail.com / aluisiolima@ufc.br

1. Apresentação

Os Encontros Regionais ou Nacionais da ABRAPSO são sempre espaços importantes para se discutir teorias e metodologias. O tema desse Encontro Nacional, inclusive, não poderia ser mais sugestivo e provocativo: Psicologia Social e Políticas de Existência: Fronteiras e conflitos. Há muito pensávamos no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Identidade Humana do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUCSP – NEPIM/PUCSP em propor justamente uma mesa que pudesse abordar a Psicologia Social e sua relação com as políticas de existência, de identidade. Quando essa mesa foi planejada, por exemplo, procurávamos, Antonio da Costa Ciampa, Juracy Armando Mariano de Almeida e eu, apresentar os desdobramentos teórico-metodológicos para o estudo da identidade humana desde a publicação de “A Estória do Severino e a História da Severina” (CIAMPA, 1987). Frente a esse desafio, e alinhando-nos à proposta do ENABRAPSO, cada um de nós ficou responsável por discutir elementos distintos: para Ciampa a tarefa lançada foi a de resgatar historicamente a guinada da idéia de que identidade é metamorfose para o sintagma identidade-metamorfose-emancipação; para Juracy Almeida a questão dos modelos identitários e a concepção de anamorfose e, no meu caso a tarefa foi a de discutir a importância do reconhecimento para a construção/reconstrução da identidade tal como foi apresentado por Ciampa ainda em meados de 1980 e o lugar da discussão desse conceito na atualidade, principalmente o que se refere àquilo que identifiquei como reconhecimento perverso em minha tese de doutoramento.

Em outras palavras, meu trabalho foi o de explicitar como Ciampa articulou, mesmo que de forma indireta em seu trabalho de 1987, elementos das teorias de Hegel e George Herbert Mead que possibilitaram tanto a proposição de que identidade é metamorfose, como também duas afirmações igualmente fortes: “a) faz parte do desenvolvimento da identidade uma seqüência de formas de reconhecimento; b) este reconhecimento, quando ausente ou feito de forma desumana, se dá a saber aos indivíduos pela experiência de aprisionamento à ‘mesmice’, ao fetiche de uma personagem que impede a concretização do sentido emancipatório da identidade” (LIMA, 2009, p.114). Essa tarefa obviamente obrigou-me a discutir, mesmo que de forma sucinta, as peculiaridades que o conceito de “reconhecimento” adquiriu ao longo dos últimos anos e sua relação com o momento histórico em que vivemos, no qual o desenvolvimento neoliberal possibilita a subversão daquilo que é produzido como não-existente (SANTOS, 2007), a partir daquilo que denominamos como reconhecimento perverso. Do mesmo modo, não poderia deixar de discorrer acerca das possibilidades (e necessidade) de investirmos na idéia de um reconhecimento pós-convencional, capaz de incorporar o Outro na esfera pública, com todas as expressões anamórficas identificadas por Almeida (2005). Sendo assim, apresentarei a seguir, em dois pontos específicos, como tentei

desenvolver a tarefa proposta, levantando certamente muito mais questões do que fechando a questão.

2. O problema do reconhecimento na literatura atual

Primeiramente talvez seja importante apresentar aquilo que será o foco de nossa discussão: a questão do reconhecimento. Afinal, o conceito de “reconhecimento” atualmente tem sofrido uma crescente retomada conceitual, seja pela sociologia nos trabalhos de Charles Taylor (1998), na filosofia por Jürgen Habermas (2004) e Axel Honneth (2003), na teoria política por Nancy Fraser (2003), ou ainda, pela própria Psicologia Social Crítica em pesquisas de identidade, como a que realizamos recentemente (LIMA, 2009).

Certamente ao afirmar que a questão do reconhecimento é uma problemática atual não significa aqui defender que é somente na época atual que este se tornou um problema a ser pensado. Como assinala Taylor (1998), as questões referentes à maneira como uma pessoa é reconhecida publicamente, principalmente no que se refere à conceitos como “honra” e “respeito”, já apareciam como questão teórica nos textos de Hobbes e Rousseau. Ou ainda, como defende Honneth (2003), estudos suficientemente sérios acerca da recepção do conceito de reconhecimento hegeliano foram publicados de forma abundante desde a publicação do “Sistema de vida ética” e dos “Princípios de Filosofia do Direito” (HEGEL, 2003 [1817-1820], 1991). O que queremos destacar é então o fato de ser na atualidade que o estudo da questão do reconhecimento tem aparecido como uma necessidade cada vez maior para a compreensão das novas formas de controle e administração da realidade (Cf. ŽIŽEK, 2008; AGAMBEN, 2007a), haja vista que vivemos a guinada de uma organização individual e coletiva pautada na luta pela redistribuição social para uma sociedade em que a luta pelo reconhecimento se tornou a palavra de ordem para diferentes indivíduos e coletivos estigmatizados no Brasil.

Afinal, os últimos 20 anos, como assinalam Boaventura de Souza Santos (2008) e Zigmunt Bauman (2005), podem ser compreendidos como marco do regresso do indivíduo, uma vez que o esgotamento do estruturalismo surge concomitante à revalorização das práticas e dos processos sociais como problema teórico-metodológico. No espaço acadêmico, inclusive, foram os anos de análise da vida privada, “do consumismo e do narcisismo, dos modos e estilos de vida, do espectador activo da televisão, das biografias e das trajetórias de vida, análises servidas pelo regresso do interacionismo, da fenomenologia, do micro em detrimento do macro” (SANTOS, 2008, p.20-21). Fenômenos que na perspectiva de Nancy Fraser (2007), representaram a expressão dos conflitos “pós-socialistas”, onde a identidade coletiva substituiu o interesse de classe como motivação principal de mobilização política, a dominação cultural substituiu a exploração e o reconhecimento cultural substituiu a redistribuição econômica. A persistência de diversos grupos — que de grupos estigmatizados tornaram-se grupos capazes de garantir direitos —, movimentos sociais e etnias mostraram empiricamente ser impossível a adoção de uma identidade nacional que abarcasse as diferentes formas de existência, a manutenção de conceitos analíticos como classe, raça, gênero e sexualidade.

Também não é nenhuma novidade o fato de que se por um lado os últimos 20 anos podem ser vistos como os da ascensão da individualidade — e que esse diagnóstico facilmente poderia nos levar a creditar um fortalecimento do indivíduo enquanto expressão autônoma —, por outro lado, parece correto afirmar que esses também foram os anos em que o indivíduo mais se afastou do ideal kantiano de subversão da minoridade, de sua impossibilidade de

tomar decisões sem a referência de um Outro. Mesmo a liberdade subjetiva, proposta por Hegel (2003), nunca esteve tão condicionada aos critérios de correção e biopolítica; a liberdade individual nunca esteve tão limitada à liberdade de escolher entre opções pré-oferecidas pelo mercado. Isso se torna evidente quando observamos que as formas de vida presentes na esfera pública têm evidenciado cada vez mais a dificuldade de reconhecimento em um mundo de desigualdades materiais extremas; onde problemas de exceção como renda e propriedade, trabalho assalariado, educação, saúde etc., assim como o consumo de drogas lícitas e ilícitas, produtos transgênicos, poluição ambiental, epidemias e mortalidade, se tornaram a regra geral e estrutural de nossa sociedade.

E na medida em que o império da lógica sistêmica começa a valer-se de um discurso cada vez mais fetichizado e tornado elemento de administração social e negação do Real, podemos verificar o esgotamento de um certo regime de crítica, ligados àquilo que Ciampa (2002) e Habermas (2005) denunciaram como o esvanecimento do horizonte utópico. Fenômeno que Bauman (1977) identificou como sendo resultado da falta de liberdade proporcionada pela privação da faculdade de estabelecer significados objetivos e normas, promovido por uma sociedade cujo “poder consiste no monopólio ou privilégio do campo da interpretação do significado” (p.197); Agamben (2007b) trabalhou como a persistência de um estado de exceção que é “essencialmente um espaço vazio, onde uma ação humana sem relação com o direito está diante de uma norma sem relação com a vida” e Safatle (2008, p.133 e segts.) diagnosticou como sendo resultado de uma guinada da sociedade da satisfação administrada para uma sociedade da *insatisfação administrada*, na qual os indivíduos não acreditam mais nas promessas de emancipação, vinculadas pelo sistema de mercadorias, e ficam propensos a determinações provisórias (que na verdade não é o reconhecimento de sua alteridade). No que se refere a esse último autor, inclusive, é importante assinalar que na sua compreensão do capitalismo atual, a metamorfose (que Ciampa, em meados de 1980, identificava como o elemento de crítica frente à lógica sistêmica) é atualmente pressuposta como necessária para os indivíduos, os quais, agora, ao invés de aprisionados na reposição de uma única identidade estariam condenados à substituição infinita das personagens.

Nesse universo não é difícil perceber porque acreditamos que a luta por reconhecimento é o grande problema da atualidade, pois exige o deslocamento de uma política de identidade de seu ponto fixo para o ponto fixo que determinada personagem está representando, na esfera pública onde o Capital tem sido o universal dominante. O reconhecimento somente pode ser vislumbrado como uma luta incessante. Essa dificuldade mostra-se evidente na tese de Almeida (2005), na qual ficou evidenciado como as personagens anamórficas, por se constituírem como divergentes do que é idealizado e marcarem a saída do ponto fixo em busca de novas configurações identitárias, representariam formas de resistência ao que é imposto e lutariam constantemente contra políticas de identidade que a todo instante tentam cooptar essas anamorfoses e transformá-las em novas mercadorias. O caso dos idosos é emblemático nesse sentido, uma vez que a grande questão estaria em manter a indeterminação entre o fato de que os idosos não seriam nem espelhos das identidades pressupostas tradicionalmente (o velho que espera a morte), nem espelhos das identidades pressupostas pela lógica sistêmica atual (que impõe convencionalmente a personagem do velho consumidor). Quanto a isso, parece-nos um ponto chave quando ele considera que as condições pessoais e sociais restritivas são vistas e sentidas pelos indivíduos como anamorfoses, isto é, como deformações de seus projetos.

A anamorfose dá conta da constituição de identidades por parte de indivíduos que procuram superar suas condições identitárias, as quais geram identidades sem lugar na vida coletiva ou, em outros termos, uma “contraditória identidade desidentificadora” (ALMEIDA, 2005, p.205).

Dessa maneira, a partir do conceito de anamorfose empregado por Almeida, podemos vislumbrar empiricamente uma ação política por parte dos indivíduos que contrastam com o papel original das políticas de identidades (cada um no seu devido lugar), que Charles Taylor (1998) identificou como *discriminação invertida* não percebida. Nos referimos à ação política que questiona o universal instituído existente em nome do seu “sintoma”, em nome da expressão de sua identidade, sua personagem, que embora inerente à ordem universal existente, não encontra nela um lugar próprio. Žižek (2005, p.41 e segts.), entenderá esse tipo de ato como revolucionário, uma vez que ao identificar-se com o sintoma, o indivíduo executa a necessária inversão do gesto crítico e ideológico clássico, que consiste em buscar reconhecimento para além da noção universal abstrata (o “velho” tradicional é o representante inverso da juventude, a mulher trabalhadora o inverso da mãe dedicada; o “doente mental” o inverso do indivíduo racional etc.).

3. Identidade-Metamorfose-Emancipação e sua relação com o reconhecimento perverso

Quando Ciampa contou a história da Severina (CIAMPA, 1987), mostrou-nos como ocorre o processo de metamorfose do *ser escrava de alguém* até *tornar-se escrava de si-própria*. Esse processo configurou-se como uma luta por sua humanidade negada desde sua infância; o que obrigou Severina a dramatizar personagens pressupostas que negavam a sua totalidade até chegar a zero, tornando-se louca. Momento em que renasce e, após alguns ensaios na casa do patrão, volta a buscar alternativas para sua identidade, até encontrar o budismo e conseguir um reconhecimento que até então jamais havia experienciado. Ciampa pôde assinalar com essa história o fenômeno de alterização da identidade: a superação das personagens pressupostas. É certo que a análise iniciada com a história da Severina é ampliada em 1999, no Encontro Nacional da ABRAPSO, quando Ciampa identifica que o mercado estava apropriando-se do conceito de metamorfose. Nesse evento ele anuncia que os estudos da identidade seriam agora pensados por meio do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, o que na prática significou assumir que era o momento de realizar a análise do sentido que as metamorfoses estavam seguindo: emancipação ou resignação frente aos ditames do mercado.

O trabalho de Ciampa mostrou-nos que torna-se necessário incorporar na teoria de identidade as contribuições da Psicanálise para analisar a lógica que sustenta a forma, para além do conteúdo e explicitar o sentido não aparente das metamorfoses identitárias. Essa necessidade de certa maneira já aparece n’ “A estória do Severino e a História da Severina”, seja nos momentos em que retoma a discussão da teoria freudiana realizada por Habermas em “Conhecimento e Interesse” (1982), seja nas passagens em que o autor nos lembra que “assim como a questão da metamorfose se inverte como não-metamorfose, a questão da consciência se inverte como inconsciente. Num certo sentido, é o conhecimento invertido como ilusão” (CIAMPA, 1987, p.194). É importante destacar que Ciampa não avança nessa discussão, pois como o mesmo lembra, “a narrativa autobiográfica analisada ficou praticamente restrita às representações conscientes”, embora reforce que isso não significa o abandono das contribuições psicanalíticas. Pelo contrário, “uma psicanálise livre dos perigos do

mecanicismo, do a-historicismo (e de certo positivismo) tem muito a contribuir” (Idem, p.195).

Ciampa explicita isso muito bem quando escreve sobre o episódio de Loucura da Severina, “com ênfase [Severina] afirma: *e daí eu fiquei louca. E fiquei!* Identifica-se como louca. É louca! (...) ela sempre acreditando. E agindo como tal! A realidade simbólica sendo produzida socialmente” (idem, p. 71). Nesse exemplo, Ciampa mostra que a atuação de Severina como louca se dá justamente porque é o único reconhecimento possível para sua identidade. A personagem anamórfica, que antes fora traduzida como encosto no centro espírita, agora era traduzida no hospital como doença mental. Ser tratada como Louca, utilizando aqui uma interpretação lacaniana, é ser excluída do Outro social/simbólico, ou, nos termos utilizados até então, é ser considerada como anamorfose e tensionada para que assuma uma personagem fetichizada retornando assim ao ponto fixo (uma inscrição simbólica apriorística), retornando ao seu “devido lugar”.

Ficou evidente no episódio de loucura da Severina que indivíduos diagnosticados como doentes mentais, “portadores de sofrimento mental”, encarnam completamente essa condição, “a figura do contrato pressupõe previamente o reconhecimento da dignidade dos sujeitos que deixam de lado sua dignidade a fim de sustentar uma encenação limitada no tempo e no espaço” (SAFATLE, 2008, p.162 [grifos do autor]). Ciampa nos mostra, inclusive, o duplo aspecto presente no jogo de reconhecimento ao qual Severina estava submetida: primeiro, quando assinala o episódio em que Severina permanece escrava do discurso médico-psiquiátrico e assim se vê inutilizada; segundo, quando apresenta uma artimanha utilizada por ela frente ao discurso que a negava enquanto pessoa: enganar o médico para continuar definitivamente afastada pelo INPS, de modo a continuar recebendo pensão mensal como “incapacitada” e poder trabalhar informalmente “sem registro”.

Torna-se claro que essa estratégia de continuar encenando a personagem Louca, no caso de Severina, serviu como resposta à falta de reconhecimento de sua totalidade enquanto pessoa humana, de sua dignidade, por parte do social (CIAMPA, 1987, p.86 e segts.). Ela aceita (estrategicamente) o reconhecimento *perverso* que lhe fora atribuído ao ser diagnosticada como *doente mental* — reconhecimento perverso não porque a reconhece enquanto alguém que está ali com uma situação problemática, mas perverso porque desconsidera toda sua história e a convence de que o problema é uma loucura individual — e dramatiza a personagem frente ao médico (não como escrava, mas como atriz que espera ser bem sucedida no papel desempenhado), até ser aposentada. Por invalidez? Não. Poderíamos dizer que foi por sensatez (contradizendo a condição pressuposta de arrazoada), já que o diagnóstico não a aprisionou à personagem. Podemos dizer que, no caso de Severina, o reconhecimento de uma nova personagem (a louca) e a possibilidade de representar outra personagem (a moleque) ao mesmo tempo, criaram as condições para sua alterização futura: o reconhecimento posterior, obtido no budismo, de sua responsabilização por si-mesma, o que, enfim, concretizou sua condição de humana.

E é recorrendo a esse episódio que podemos encontrar elementos para continuar nossa discussão das condições de reconhecimento da identidade, valendo-nos novamente das proposições de Almeida (2005). Lembremos que esse autor nos adverte que as políticas de identidade estabelecem pontos fixos (identidades pressupostas, idealizadas, fetichizadas) e que essas políticas de identidade estabelecem critérios, apresentam orientações, as quais os indivíduos devem seguir caso queiram ser reconhecidos. Quando o indivíduo submete-se à política de identidade proposta, diz-se que ajustou-se ao instituído, tornou-se alienado. Por outro lado, existem indivíduos que resistem ao enquadramento e buscam ser reconhecidos a

partir da coordenada onde estão localizados, nesse caso, colocando-se como pontos fixos aos quais a política de identidade deve tensionar-se para reconhecer o que está sendo representado. Os indivíduos que assumem essa posição geralmente são considerados como anormais, desajustados, problemáticos, cujo ajustamento deve ser aplicado, uma vez que são anamorfozes em relação à política de identidade instituída, são um perigo para a ordem.

Desse modo, não é por um acaso que vemos Almeida defender a tese de que as identidades pós-covencionais, os projetos emancipatórios, são fundamentais para a alterização das identidades. Afinal, essas identidades pós-convencionais “expressam a busca de um novo ponto de vista que permita aos indivíduos/grupos estabelecerem uma nova proporcionalidade entre as exigências dos papéis sociais e de reclamos de autonomia/realização” (ALMEIDA, 2005, p.109). Isso considerado, a idéia de um reconhecimento pós-convencional, seguindo o pensamento de Almeida, talvez precise ser exemplificada com um outro exemplo para além da discussão acerca da identidade individual.

4. Considerações finais?

Fica claro que não é possível sustentar uma conclusão, ou ainda, apresentar considerações finais. Talvez fosse melhor defender aqui que esse será o momento de suspender temporariamente nosso diálogo. Antes dessa suspensão, gostaríamos de trazer um último exemplo resultante de nossa atuação no Magistério Indígena Tremembé Superior – MITS, curso reconhecido desde o final de 2008 pelo MEC e apoiado pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Recorremos a esse exemplo porque acreditamos que nele se expressam empiricamente muitas das questões trazidas ao longo do trabalho ora apresentado. A principal delas refere-se à produção do não existente, facilmente identificado quando recorremos à literatura. Nesta percebemos que é ainda recorrente a afirmação de que não existem mais índios no Nordeste, enquanto que nos últimos anos diversos grupos indígenas organizados dessa mesma região têm conseguido a legalização das terras e o financiamento de projetos educacionais construídos e voltados para essa população. Quando no meio acadêmico paramos para perceber como os acadêmicos têm lidado com essa luta por reconhecimento, comumente escuta-se que tudo o que está ocorrendo não passa de encenação, um disfarce da luta pela terra. Como bem assinala Isabelle Braz Silva (2005), no belíssimo estudo sobre as “Vilas de Índios no Ceará Grande”, esquecemos que a apologia da extinção indígena foi fruto de uma ideologia voltada para a apropriação, violenta na maioria das vezes, das terras e o apagamento de uma cultura objetivando o embranquecimento da nação. A (r)existência dos Tremembés, sua atuação e ocupação do espaço público e jurídico nos mostra que muito daquilo que não é tematizado, ou ainda, não é discutido, talvez seja o grande desafio para as pesquisas e intervenções em Psicologia Social.

O curso superior engendrado pelos Tremembés tem produzido efeitos muito interessantes nesse sentido. As disciplinas em sua maioria foram construídas pelos próprios índios e algumas de interesse da tribo (direito, psicologia, pedagogia, geografia etc.) são ministradas por professores convidados. Essa experiência vivida nos mostra claramente o fenômeno da anamorfose apresentado por Almeida, uma vez que ao nos depararmos inicialmente com índios de olhos azuis, com calças jeans, laptops e falando português, só para apresentar alguns primeiros estranhamentos, exigiu que realizássemos uma mudança de nosso ponto de vista frente às anamorfozes apresentadas. Ou seja, aqui claramente percebemos que quando falamos em uma nova proporcionalidade entre as exigências de reposição e reclamos de alterização, nos referimos a uma espécie de deformação em relação ao que estava antes

estabelecido, logo, quando falamos de uma nova proporcionalidade, nos referimos à anamorfose.

Nesse sentido parece ser importante frisar que — se as identidades anamórficas são anamorfoses em relação à identidade pressuposta idealizada por determinada política de identidade — a identidade pressuposta idealizada por determinada política de identidade é anamorfose em relação às identidades anamórficas. Assim sendo, quando a identidade anamórfica é considerada ponto fixo, o ponto preciso e especial, então será a identidade pressuposta e a política de identidade que a produz e sustenta que deverão efetuar deslocamentos e mudanças de ponto de vista para se adequarem ao ponto preciso que a identidade anamórfica exige. Portanto, para a identidade anamórfica ser considerada o ponto preciso, é necessário um tipo de lógica de reconhecimento de uma outra ordem, um reconhecimento que poderíamos chamar aqui de pós-convencional, ou como assinala Žižek, seria preciso um reconhecimento efetuado a partir da própria diferença, o que significa não adotar nem o próprio ponto de vista nem o ponto de vista de outros, encarando a personagem anamórfica simplesmente como uma paralaxe (ŽIŽEK, 2008, p.32).

5. Referências Bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I.** trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2007a.

_____. **Estado de exceção.** trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007b.

ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. **Sobre a Anamorfose: Identidade e Emancipação na velhice.** Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUCSP, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. **Para uma sociologia crítica: un ensaio sobre el sentido común y la emancipación.** trad. Enrique Butelman. Buenos Aires: Marymar, 1977.

CIAMPA, Antonio da Costa. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In, DUNKER, Cristian. I. L. & PASSOS, M. C. (orgs). **Uma Psicologia que se interroga: ensaios.** São Paulo: Edicon, 2002.

_____. **A Estória do Severino e a História da Severina: Um ensaio de Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRASER, Nancy. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In, _____. & HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange.** trad. Joel Golb, James Ingram and Christiane Wilke. London, New York: Verso, 2003. p.7-109.

_____. Reconhecimento sem ética? In, SOUZA, J. & MATTOS, P. (orgs.). **Teoria Crítica no século XXI.** São Paulo: Annablume, 2007. p.113-140.

HABERMAS, Jürgen. A crise do Estado de bem-estar e o esgotamento das energias utópicas. In, HABERMAS, J. **Diagnósticos do tempo: seis ensaios.** trad. Flávio Beno

- Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005. p.9-36. [publicado originalmente em 1985]
- _____. A luta por reconhecimento no Estado Democrático de Direito. In, HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política.** trad. George Sperber, Paulo, Astor Soethe e Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p.237-276.
- _____. **Conhecimento e Interesse.** trad. José N. Heck. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. [traduzido da segunda edição alemã de 1973, originalmente publicado em 1968]
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios de Filosofia do Direito.** trad. Orlando Vitorino. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. [escrito entre 1817 – 1820]
- _____. **O sistema de vida ética.** trad. Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 1991. [escrito originalmente em 1802/03]
- HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais.** trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LACAN, Jacques. La anamorfosis. In, LACAN, J. **El Seminario de Jacques Lacan. Libro 11: Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis.** trad. Juan Luis Delmont-Mauri e Julieta Sucre. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1987. p.86-97. [originalmente escrito em 1964]
- LIMA, Aluísio Ferreira de. **Sofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação.** Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUCSP, 2009.
- SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da Experiência.** São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de Índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o diretório Pombalino.** Campinas: Pontes Editores, 2005.
- TAYLOR, Charles. La politica del riconoscimento. In, HABERMAS, J. & TAYLOR, C. **Multiculturalismo: Lotte per il riconoscimento.** Traduzione dall'inglese di Gianni Rigamonti. Milano: Elementi Feltrinelli Editore, 1998. p.09-62. [originalmente escrito em 1992].

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe.** trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Multiculturalismo, ou a lógica cultural do capitalismo multinacional. In, DUNKER, Cristian I. L. & PRADO, José L. A. (orgs.). **Žižek crítico:** Política e Psicanálise na era do Multiculturalismo. trad. Sieni Campos. São Paulo: Hacker Editores, 2005. p.11-45.

_____. **Bem-Vindo ao deserto do Real!:** Cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas. trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.